

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**  
**Instituto de Ciências Humanas**  
**Curso de Licenciatura em História**



**Trabalho de Conclusão de Curso**

**Memórias de OSPB: Um estudo sobre as práticas docentes da disciplina de  
Organização Social e Política do Brasil no período de redemocratização no  
Brasil (1986-1993).**

**Maria Carolina Padilha de Souza Neta**

**Pelotas, 2019**

**Maria Carolina Padilha de Souza Neta**

**Memórias de OSPB: Um estudo sobre as práticas docentes da disciplina de Organização Social e Política do Brasil no período de redemocratização no Brasil (1986-1993).**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em História.

Orientador(a): Lisiane Sias Manke

Pelotas, 2019

## Resumo

SOUZA NETA, Maria Carolina Padilha de. **Memórias de OSPB: Um estudo sobre as práticas docentes da disciplina de Organização Social e Política do Brasil no período de redemocratização no Brasil (1986-1993)**. 2019. 35f. Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de Licenciatura em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas: 2019.

A presente pesquisa propõe a análise sobre a prática docente realizada nas aulas da disciplina de Organização Social e Política do Brasil, durante o período de redemocratização do Brasil. Através da coleta de entrevistas com professores que lecionaram no período de 1986 até o momento de extinção da disciplina, em 1993, pretende-se ampliar o conhecimento sobre esse período de transição da história brasileira e perceber, pela memória dos mesmos, como as aulas de OSPB foram vivenciadas, sentidas e afetadas pelo cenário político. As discussões aqui desenvolvidas voltam-se para o uso da História Oral como metodologia, a memória entendida como coletiva e seletiva e atrelada ao sentimento de pertencimento dos docentes à classe de professores.

**Palavras-chave:** OSPB; história da educação; memória de professores; redemocratização.

## **Abstract**

SOUZA NETA, Maria Carolina Padilha de. **SPOB Memories: A study on the teaching practices of the discipline of Social and Political Organization of Brazil during the period of redemocratization in Brazil (1986-1993)**. 2019. 35f. Final paper. Degree in History, Human Sciences Institute, Federal University of Pelotas. Pelotas: 2019.

This research proposes the analysis of the teaching practice performed in the classes of Social and Political Organization of Brazil discipline, during the period of redemocratization of Brazil. Through the collection of interviews with teachers who taught from 1986 until the end of the course in 1993, we intend to expand the knowledge about this transition period of Brazilian history and to understand, by their memory, how the classes of SPOB were experienced, felt and affected by the political scenario. The discussions developed here focus on the use of Oral History as a methodology, the memory understood as collective and selective and linked to the teachers' sense of belonging to the class of teachers.

**Keywords:** SPOB; history of education; teacher's memory; redemocratization.

**Dedico este trabalho para os meus principais laços: Denise, Cássio e Mariana.**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à professora e orientadora Lisiane Manke pela ajuda e oportunidade de iniciar na pesquisa ainda em 2018 e poder desenvolvê-la até aqui, encaminhando o trabalho sempre para o caminho certo com orientação sábia, organizada e paciente;

Agradeço à professora Alessandra Gasparotto pelo aprendizado adquirido em meses de PIBID História, que me sensibilizaram a olhar de forma atenta para os sujeitos escolares, no passado e no presente;

Agradeço aos que através da amizade tornaram a graduação e a vida mais leve nesses quatro anos;

Agradeço à Denise, minha mãe, pela cumplicidade e liberdade dada para ser quem sou e escolher estudar o que me faz transbordar.

## SUMÁRIO

1 Introdução .....	7
2 História oral: entre “eu” e nós” .....	12
2.1 Professores de <i>OSPB</i> ao acaso .....	13
3 A sala de aula de <i>OSPB</i> .....	19
3.1 O livro de <i>OSPB</i> de Frei Betto .....	22
4 Considerações Finais .....	26
Referências .....	30

## 1 Introdução

O presente trabalho analisa a atuação de professores da disciplina de Organização Social e Política do Brasil (OSPB), a partir do início do período de redemocratização até a extinção da disciplina, datados do ano 1986 até 1993. Assim, busca-se compreender a prática dos professores da disciplina de OSPB e os aspectos da trajetória profissional e de vida que podem ter influenciado suas ações dentro de sala de aula. Do mesmo modo, é de interesse da pesquisa identificar qual a concepção de ensino que possuíam a partir da análise de suas memórias sobre a atuação cotidiana a frente da disciplina, pontuando quais os materiais didáticos utilizados para preparação e execução das aulas, assim como as práticas realizadas com as turmas. A disciplina em questão, OSPB, foi criada no ano de 1962 durante o governo João Goulart e se tornou obrigatória no ano de 1969 pelo Decreto-Lei nº 869 de 12 de setembro, que dizia respeito ao ensino de Educação Moral e Cívica e OSPB, possuindo as seguintes finalidades:

- a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus;
- b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade;
- c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana;
- d) a culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história;
- e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade;
- f) a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sócio-político-econômica do País;
- g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum;
- h) o culto da obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade.

Art. 3º A Educação Moral e Cívica, com disciplina e prática educativa, será ministrada com a apropriada adequação, em todos os graus e ramos de escolarização.

§ 1º Nos estabelecimentos de grau médio, além da Educação Moral e Cívica, deverá ser ministrado curso curricular de "Organização Social e Política Brasileira." (BRASIL, 1969).



Organização Social e Política do Brasil funcionava como uma disciplina complementar a Educação Moral e Cívica, mas estando intrinsecamente ligada à mesma pelo Decreto-Lei nº 869, considerando a ausência de uma lei exclusiva para o ensino de OSPB. Tornando-se obrigatória na Ditadura Civil-Militar, possuía em suas finalidades o objetivo de formar o aluno um cidadão nos moldes do período, conhecedor das leis e do funcionamento do sistema político do país, apoiado no patriotismo. O contexto em que a disciplina se tornou obrigatória remete ao auge do período ditatorial, em que o país encontrava-se sob o Ato Institucional nº 5. Contudo, após a abertura política a disciplina continuou a existir, sendo extinta somente em 1993. O recorte temporal da pesquisa remete ao processo de redemocratização do Brasil, momento de relações ambíguas entre os resquícios da ditadura e a nova ordem política.

Os sujeitos entrevistados integram o grupo de pessoas que durante a década de 70 e 80 se consolidaram como novos atores sociais por idealizarem e lutarem por democracia pela via política. Trata-se de duas mulheres e um homem – Nair<sup>1</sup>, Ana<sup>2</sup> e Paulo<sup>3</sup> – que iniciaram a trajetória docente na década de 80, com faixa etária de vinte anos de idade, a frente de disciplinas como História, Geografia, OSPB e Moral e Cívica, na cidade de Pelotas no Rio Grande do Sul.

Esses atores influenciaram e foram influenciados diretamente por eventos de grande dimensão, como por exemplo, o movimento “pró-Diretas Já!” em 1983, proposto pela ementa de Dante de Oliveira. A ementa foi rejeitada e ocasionou novamente eleições indiretas para presidente, que resultou na vitória de Tancredo Neves. Assim, após vinte e um anos o Brasil voltava a ter um presidente civil. Apesar da morte de Tancredo e da posse de seu vice, José Sarney, o fato de um presidente civil assumir a presidência do país já foi um ganho para uma população que havia participado da luta pela redemocratização, assim consideram os entrevistados desta pesquisa. O então presidente José Sarney era a pessoa responsável por conduzir a Assembleia Nacional Constituinte. O contexto dos anos 80 era de crise econômica, na qual vários setores enfrentavam arrocho salarial ao mesmo tempo em que o custo de vida se elevava. O descontentamento era evidente e vários grupos

---

<sup>1</sup> Nome fictício dado à primeira professora entrevistada para a pesquisa em 15 de fevereiro de 2018.

<sup>2</sup> Nome fictício dado à segunda entrevistada para a pesquisa em 26 de agosto de 2019.

<sup>3</sup> Nome fictício dado ao terceiro entrevistado para a pesquisa em 6 de novembro de 2019.

ocupavam espaços públicos reivindicando seus direitos (SEINO; ALGARVE; GOBBO, 2013).

Adriano Nervo Codato (2005) propõe uma história política da transição da ditadura à democracia no Brasil. O autor pontua que o processo ocorreu pela interação entre as Forças Armadas, o Estado e sociedade, sendo conduzido mais pelos militares do que por uma pressão da sociedade civil, pois a proposta de mudança teria vindo, primeiramente, a partir de uma necessidade das Forças Armadas de se reestruturarem para lidar com as crises internas provocadas pelo seu envolvimento com o Estado. Tratou-se de uma “dinâmica das negociações no universo das elites e a dinâmica das pressões da sociedade (camadas médias, classe operária) sobre o Estado militar” (p. 96)<sup>4</sup>. Nesse sentido, as pressões da sociedade estabeleceram o ritmo das mudanças e não o conteúdo.

Tendo em vista o contexto, é relevante apontar para o leitor que durante o relato os professores entrevistados afirmaram ter sido responsáveis por construir a democracia mais no ambiente escolar, do que no plano político. A questão da importância de possuírem ou não o direito ao voto, por exemplo, fica em segunda instância em suas memórias, pois os debates sobre democracia, as greves, as manifestações trabalhistas e estudantis são lembranças pontuadas com mais frequência e empolgação. Enquanto vivenciavam o período não podiam afirmar com certeza se um dia aconteceriam novas eleições diretas, ou se outros presidentes militares poderiam voltar ao poder. Eles viveram um momento de incerteza no passado, mas que hoje podem relatar enquanto uma luta vitoriosa, pelo fato da transição ter ocorrido e por estarem vivendo em uma democracia.

No âmbito da educação e da História enquanto disciplina, as mobilizações por mudanças não eram diferentes. Pontua-se a história do ensino de história como imprescindível para pesquisa que se propõe, pois os educadores entrevistados cursaram licenciatura curta em Estudos Sociais e licenciatura plena em História e foram atravessados por questões relacionadas aos dois cursos.

Schmidt (2012) estabelece uma periodização para o período vivenciado pelos professores em relação ao código disciplinar de História: O período entre os anos de 1971 até 1984 é caracterizado por uma crise causada pela solidificação do ensino

---

<sup>4</sup> Para saber mais sobre o período de redemocratização pelo perspectiva da Ciência Política, ler: CODATO, Adriano Nervo. UMA HISTÓRIA POLÍTICA DA TRANSIÇÃO BRASILEIRA: DA DITADURA MILITAR À DEMOCRACIA.

de Estudos Sociais, que enxugava os conteúdos e História e Geografia, não permitindo aprofundamento dos conhecimentos em nenhuma das disciplinas. Ao mesmo tempo em que se consolidava o ensino de Estudos Sociais, houve um movimento crescente de crítica a ele e luta pelo retorno do ensino de História, ou melhor, por um outro ensino de História. A partir de então, após o fim da ditadura, foi iniciado um processo de reconstrução do código escolar brasileiro, proporcionado pelas lutas feitas anteriormente. Entre meados da década de 1980 até o fim da década de 1990 ocorreu um embate entre projetos reformistas que acolhiam diferentes perspectivas teóricas e metodológicas mais relacionadas à história dos movimentos sociais e do trabalho, contra projetos mais inovadores que propunham uma introdução à história temática. É um momento de busca por novos caminhos, para os educadores formados e em formação. A respeito da história temática, um dos entrevistados faz um comentário sobre a visão que tinha sobre esse novo método de abordar a História. Trata-se de uma fala interessante para observar como os educadores lidavam e opinavam sobre tais proposições, conforme cita Paulo:

Uma proposta muito interessante de ensino de história - de outras disciplinas também, mas eu acompanhei de ensino de história - que procurava não encerrar a disciplina e tematizar ela, que é uma coisa extremamente difícil. (Paulo, 06/11/2019).

A dificuldade de pensar outra maneira de trabalhar com a História se dava pelo fato de Paulo e outros professores possuírem uma formação engessada que abordava os fatos históricos de forma progressiva, não relacionados, fazendo com que a metodologia utilizada por ele contenha traços herdados da sua formação, por mais que a questionassem e taxassem como uma graduação positivista e ultrapassada.

Para Fonseca (2011), o ensino de História enfrentava também um momento de crise no que diz respeito às suas finalidades, questionando o seu papel de servir aos interesses de um Estado autoritário. Em um ambiente de abertura política e novas possibilidades para o ensino, havia a proposta de “um ensino de História voltado para a análise crítica da sociedade brasileira, reconhecendo seus conflitos e abrindo espaço para as classes menos favorecidas como sujeitos da História” (FONSECA, 2011, p. 60). As crises, questionamentos, embates, tocaram os professores que viveram o processo de redemocratização e lecionaram Organização Social e Política do Brasil, disciplina que carrega consigo as propostas e concepções

do período em que os militares estavam no poder, e que mesmo após a eleição indireta do primeiro presidente civil em 1985 continuou como disciplina obrigatória, sendo extinta somente em 1993 pela Lei nº 8.663, sancionada pelo presidente Itamar Franco.

A metodologia utilizada para a obtenção das respostas da pesquisa é a História Oral, compreendida como uma “reflexão teórica, trabalho empírico e de campo, um processo de constituição de uma fonte e, principalmente, um processo de produção de conhecimentos científicos” (SELAU, 2004, p. 227). Somente através do contato com os professores e suas memórias é que se torna possível compreender como eram as aulas de OSPB em um contexto oposto ao da introdução da disciplina em todas as escolas do país. Através da fala desses profissionais é possível visualizar o cotidiano da disciplina, entender como ela foi trabalhada, se estava de acordo com as finalidades iniciais ou se estava em concordância com o momento de redemocratização. A partir do uso da História Oral é possível chegar à subjetividade para além do conhecimento sobre os fatos, é possível chegar “à forma como o grupo os vivenciou e percebeu” (GARRIDO, 1993, p. 39), pois diz respeito também às sensações e significados que o depoente atribuiu ao momento vivido e qual a relevância disso na sua trajetória de vida.

Busca-se apontar como esses professores, formados em Estudos Sociais, constituíram-se professores de Organização Social e Política do Brasil, a partir das suas memórias sobre quais materiais e leituras preparavam e realizavam as aulas, em que instituições atuaram, assim como perceber como se dava a relação com equipe diretiva, outros professores e estudantes.

O primeiro capítulo ocupa-se por tratar de algumas indagações acerca da utilização da História Oral como metodologia, expondo o modo como o trabalho foi construído. O capítulo conta com um subcapítulo, no qual os professores entrevistados são apresentados e aspectos das suas trajetórias são exibidos e relacionados. Também procurou-se pensar sobre questões relacionadas à memória, como seu caráter coletivo e seletivo e a forma como os professores percebem fazer parte do coletivo de professores da sua época.

O segundo capítulo trata da sala de aula da disciplina de OSPB, através da memória destes profissionais, em que as falas dos mesmos são pontuadas e analisadas. Neste, há um subcapítulo que apresenta uma reflexão mais aprofundada

sobre um material didático citado pelos três professores entrevistados e apropriado de forma mais acentuada por uma das professoras: O livro de OSPB produzido por Frei Betto no ano de 1986.

## 2 História oral: entre “eu” e “nós”

A pesquisa em História Oral possui a característica única de ser o processo de constituição de uma fonte, através do relato de uma pessoa que pode estar vivendo sua vida normalmente sem saber o valor das suas memórias. A partir do acaso ou da busca por contatos chega-se até a pessoa que pode trazer consigo uma fonte em potencial, pessoa esta que transita, viaja, tem compromissos e pode ou não estar disposta a falar<sup>5</sup>.

Toma-se a História Oral não como algo alternativo ao trabalho da História com fontes escritas, mas sim como mais um dos caminhos para a construção de conhecimento sobre determinada temática ou período. O uso de fontes orais resulta na ampliação, através da incorporação de novos sujeitos, de novas fontes para a pesquisa. O processo de constituição dessas fontes é composto por diversas etapas, visto que apenas a coleta do relato em si não constitui o trabalho do profissional historiador, da mesma forma que a apresentação do documento escrito encontrado em um acervo também não, pois é a reflexão e crítica que o pesquisador realiza sobre as fontes - tanto orais quanto escritas - que condicionam a construção de um trabalho historiográfico (SELAU, 2004, p. 218).

Para a realização da pesquisa, o trabalho foi dividido nos seguintes estágios: Leitura de bibliografias sobre o período vivenciado pelas fontes em potencial; busca e contato com os entrevistados; construção de um roteiro de perguntas; realização e gravação da entrevista; transcrição; análise da entrevista e diálogo com as leituras feitas no primeiro momento. Segundo Alberti (2011, p. 171), a especificidade da narrativa oral é que ela resulta “de uma interação entre entrevistado e entrevistador - uma conversa” em que a sensibilidade e atenção devem estar presentes em todos os processos, principalmente no momento da entrevista, pois a pessoa que está sendo entrevistada precisa se sentir confortável para compartilhar suas memórias e a pessoa que entrevista deve se manter atenta para guiar a “conversa”, demonstrando interesse ao que está sendo falado e fazendo novas perguntas se necessário.

---

<sup>5</sup> Aponta-se aqui as dificuldades do trabalho com fontes orais: Foram realizadas cinco entrevistas ao todo durante a pesquisa, mas apenas três delas possuíam conteúdo relacionado com a temática e o recorte temporal; outra questão uma ex-professora de OSPB que iria ser entrevistada, mas acabou desistindo de relatar sua experiência. Cabe ao pesquisador ou pesquisadora, ir atrás de novas possíveis fontes caso ocorram fatos semelhantes.

A realização de leituras merece atenção especial, pois estudar sobre o período vivido pelas pessoas que irão ser entrevistadas permite que quem pesquisa saiba do que a pessoa entrevistada está falando e também contextualiza o que é dito frente ao objetivo da investigação. Nesse momento, a fonte oral é vista como elemento principal para responder às questões não respondidas pela investigação em vias formais, como em currículos escolares, livros didáticos ou outros meios. Esse processo atua também como reafirmação da importância do seu uso, pois se elas “podem de fato transmitir informação fidedigna, tratá-las simplesmente, ‘como uma fonte documental a mais’ é ignorar o valor extraordinário que possuem como testemunho objetivo, falado” (THOMPSON, 1992, p. 123).

Os estágios do trabalho com História oral são conectados uns aos outros, pois ao longo do processo percebe-se como cada etapa não fica restrita em si e complementa ou auxilia o passo seguinte. O roteiro da entrevista, por exemplo, foi construído com base nas leituras sobre o contexto político e educacional do período e nos objetivos principais da pesquisa. Optou-se por um roteiro semi-dirigido por permitir que outras perguntas sejam anexadas caso necessário, também porque torna o momento da entrevista mais descontraído, sem que pareça um interrogatório. No entanto, a construção do roteiro busca alcançar as respostas da pesquisa, independente da pessoa entrevistada poder desenvolver a fala mais em algumas questões do que em outras. Algumas das perguntas que essencialmente precisam ser respondidas para o bom andamento da investigação: Como foi a formação profissional do professor antes de começar a dar aulas; em que ano começou a atuar como professor; quando começou a dar aulas de OSPB; quais materiais de apoio foram utilizados para preparar e executar as aulas e como era o processo de preparação; como eram as aulas de OSPB e quais temas ou conteúdos eram mais abordados; como era a relação com os alunos, se eles faziam sugestões de temas para as aulas; como se dava a participação dos estudantes em aula, como a extinção da disciplina em 1993 foi sentida pelos professores.

## **2.1 Professores de OSPB ao acaso**

A primeira entrevistada foi encontrada através de uma atividade com professoras realizada pelo Laboratório de Ensino de História da Universidade

Federal de Pelotas, em que a professora aqui nomeada como Nair relatou ter lecionado a disciplina de Organização Social e Política do Brasil.

Por ter uma influência muito forte de três irmãs que seguiram a carreira do magistério e de sua mãe que sempre prezou pela escolarização de seus filhos, optou também por seguir os caminhos da educação. Suas irmãs participavam dos movimentos da juventude católica, mas apesar disso, afirma que dentro de casa foi blindada pela família de todas as discussões acerca da ditadura. A lembrança mais forte que tem é de assistir empolgada aos festivais de música com suas irmãs, em que músicas que denunciavam a ditadura eram apresentadas. Nair afirma que apesar de ser uma mulher negra e ter sofrido racismo durante toda a sua trajetória escolar, chega na universidade muito “alienada” ao contexto: “E aí quando eu chego na universidade, eu me lembro assim da primeira greve, de eu querer furar greve, por exemplo, dos estudantes sabe?” (NAIR, 2018). É no decorrer de sua formação, no contato com outros colegas que já haviam feito o curso de Direito e na Faculdade de Educação, que ela começa a questionar o mundo que habita, o racismo sentido por elas e as relações de poder estabelecidas na sociedade. Em pouco tempo ela passou de uma graduanda que tentou barrar uma greve, para uma outra que era indicada para ser representante discente no colegiado do curso, sendo responsável também por articular uma mudança no centro acadêmico que era apático às reivindicações dos estudantes.

A carreira profissional de Nair começou antes mesmo de terminar a graduação, no ano de 1986, dando aulas de Moral e Cívica e OSPB em um cursinho supletivo na cidade de Pelotas, no qual permaneceu por pouco tempo por conta de aulas tumultuadas sobre o “regime militar”. Em 1987 terminou a graduação em Licenciatura em História na Universidade Federal de Pelotas, após cursar Licenciatura em Estudos Sociais, neste mesmo ano ingressou na rede privada de ensino, no colégio São José, assumindo as disciplinas de História, Moral e Cívica e OSPB. Nessa experiência sentiu-se frustrada por considerar que existia uma vigilância ao trabalho dos professores, tornando-o muito restrito e limitado. Ainda em 1987, enquanto ex-aluna do Colégio Municipal Pelotense – quesito importante no processo de contratação feito pela própria escola – Nair é entrevistada e chamada



para lecionar na escola com as disciplinas de Moral e Cívica no primeiro grau e OSPB no segundo grau<sup>6</sup>.

A segunda entrevistada foi encontrada graças ao contato com Nair. A professora aqui chamada de Ana iniciou sua carreira ainda na graduação, no ano de 1986, passando a integrar o quadro docente do Colégio Municipal Pelotense, a frente da disciplina de Geografia, para depois assumir Moral e Cívica e OSPB. A possibilidade de lecionar essas disciplinas não veio por conta de um desejo pessoal, mas porque essas eram disciplinas designadas aos professores ingressantes na escola, os mais novos na profissão<sup>7</sup>. A escolha pela carreira de professora veio pela influência de ótimos professores de História que teve ainda enquanto aluna na mesma escola. Com uma trajetória profissional muito semelhante a da primeira entrevistada, Ana também lecionou em curso supletivo e na escola privada São José, para séries iniciais no final da década de oitenta. Durante a graduação foi responsável por organizar uma viagem de estudantes de História para Cuiabá, no Mato Grosso. O resultado da viagem foi a frustração de ver o quanto o curso em que estava era precário, o que foi uma mola propulsora para ela e restante dos graduandos preocuparem-se com o curso, muito influenciados pela vivência com os outros estudantes em Cuiabá e pelas disciplinas da Faculdade de Educação.

O terceiro e último entrevistado possui ligação passada com movimentos sociais e sindicato de professores. Paulo formou-se também em Estudos Sociais, com licenciatura plena em História, entre os anos de 1983 e 1987. Enquanto estudante fez parte da turma posterior a de Ana e foi responsável, juntamente com seus colegas de graduação, pela organização e luta por uma mudança no currículo do curso de licenciatura plena em História na Universidade Federal de Pelotas. Diferente das duas primeiras entrevistas, o professor começou sua carreira no ano de 1989 e assumiu turmas lecionando aulas de OSPB – junto com História e Geografia – por conta de ausência de professores em uma escola pública da cidade de Pelotas chamada Monsenhor Queiroz. Escolheu o curso de Estudos Sociais e História por concluir após refletir sobre sua atuação social: “Sabe o que eu posso

---

<sup>6</sup> Ensino de 1º e 2º grau corresponde a nomenclatura presente na Lei de Diretrizes e Base de 1971 - Lei 5692/71, de 11 de agosto de 1971, para identificar o Ensino Fundamental e Ensino Médio respectivamente.

<sup>7</sup> Todos os profissionais entrevistados revelaram ter assumido as disciplinas de Moral e Cívica e OPSB porque eram os mais novos na escola. Parece que fazia parte da cultura escolar designar estas disciplinas em que os professores não possuíam formação própria para professores iniciantes, para dar mais poder de escolha aos professores mais antigos.

fazer para ajudar as pessoas, o país?! Eu tenho que ser professor! Eu tenho que estar em contato com gente, com os alunos” (PAULO, 2019). Atualmente Paulo não atua mais como docente, mas ainda lida com questões educacionais em um cargo público federal. As memórias relativas ao movimento estudantil de História de Paulo relacionam-se com Ana, pois os dois estiveram em contato durante a graduação.

Os três profissionais entrevistados na pesquisa possuem diversas semelhanças: São formados pela Universidade Federal de Pelotas nos anos 80; afirmam possuir um perfil político à esquerda; assumiram diversas turmas de história ou geografia, OSPB e moral e cívica; ambos permanecem ligados à educação. Não foram ou são sujeitos a favor da ditadura civil-militar ou a favor da própria disciplina de OSPB que ministravam, o que torna ainda mais curiosa a investigação para descobrir como a sala de aula da disciplina foi vivenciada por esses profissionais, quais as alternativas utilizadas por eles em um momento que socialmente era possível alterar o currículo oficial. A respeito das especificidades do momento histórico Paulo afirma:

(...) Na medida que a gente também, dentro do magistério, havia uma luta por... E era uma luta meio que da sociedade em geral, do pessoal do mundo acadêmico e do magistério de resgatar as disciplinas de filosofia e de sociologia, não é, e justamente tirando, eliminando Organização Social e Política (OSPB) e a Moral e Cívica. (Paulo, 06/11/2019).

Utilizar fontes orais implica dialogar e tratar de questões ligadas à memória desses sujeitos, entendida como a capacidade do ser humano de conservar certas informações, conservação esta realizada por funções psíquicas que o permitem atualizar informações ou mesmo impressões sobre certos acontecimentos (LE GOFF, 1924). Tratando-se de memórias de professores, mais especificamente sobre suas aulas, enfrenta-se o fato de que esses profissionais, em sua trajetória profissional, possuem grande experiência de sala de aula em várias escolas públicas ou privadas, tornando mais complicado o processo de lembrar com riqueza de detalhes situações e sentimentos vivenciados em início de carreira em uma disciplina na qual não possuíam formação para lecionar. Lembrar com clareza de detalhes de determinadas situações está ligado ao fato do depoente sentir-se conectado ao que foi vivido, ao pertencimento afetivo com determinado acontecimento. Segundo Pollak, a memória é seletiva, não se pode lembrar de tudo, e por isso apenas são selecionadas e transformadas em memória “se aquele que se

lembra sentir-se afetivamente ligado ao grupo ao qual pertenceu. Aliás, ao qual pertence, pois só se faz parte de um grupo no passado se se continua afetivamente a fazer parte dele no presente" (D'ALÉSSIO, 1993, p. 98). O que facilita a obtenção das fontes para a pesquisa é que as duas professoras e o professor entrevistado não mudaram de área ao longo de suas vidas e seguem, até o momento em que a entrevista foi realizada, exercendo funções ligadas à educação: A primeira como diretora de uma escola pública, a segunda como professora no ensino superior público e o terceiro como técnico em um instituto federal.

Nos escritos de Maurice Halbwachs a respeito do caráter individual e coletivo da memória, o autor afirma que por mais individuais que sejam as experiências, a memória é sempre coletiva, pois os indivíduos jamais estão sozinhos, porque são acompanhados por lembranças e referências trazidas por outras pessoas. Verifica-se em diversos momentos nas falas dos docentes memórias de experiências individuais que estão carregadas de um sentido coletivo, como pode-se observar na fala de Nair:

(...) Nós estamos ali naquele período, processo de redemocratização, do país, com essa possibilidade de estar discutindo o currículo, e quando eu saio da faculdade, uma das nossas bandeiras de luta era justamente aumentar, a carga horária da História, que por conta da moral e cívica e OSPB, vinha sido bastante reduzida. (Nair, 15/02/2018).

Quem está nas memórias do período de redemocratização, além de setores da sociedade brasileira em prol da democracia, é o grupo composto por docentes que haviam feito sua graduação em um período ditatorial e que, vendo a abertura política, discutiam o contexto e questões acerca do currículo escolar. Trata-se de um grupo de professores que compartilharam a vivência na cidade de Pelotas, a passagem pelo Colégio Pelotense ainda enquanto estudantes do ensino básico, e a graduação em Estudos Sociais e História na Universidade Federal de Pelotas. As falas de Nair não tratam apenas dela, mas de uma - da sua - geração de professores que viram no período de redemocratização a possibilidade de pensar sobre outros modos de ensinar, sobre uma outra sala de aula.

(...) A gente compensava com leituras paralelas entre os colegas, a gente começou a descobrir nesse tempo... Porque esse é um tempo muito pulsante na nossa história, é um tempo do fim da ditadura militar, é um período que se organiza as "Diretas Já!", que se organiza e vislumbra a possibilidade da democracia (...)

especificamente no nosso curso, alguns colegas começam a se organizar para tocar, para dar vida ao diretório acadêmico e aí se cria um espaço para além da sala de aula que se tornou muito interessante, muito importante na minha formação... (Ana, 26/08/2019).

Ainda sobre a memória coletiva, no primeiro capítulo do seu livro “A memória coletiva” (1990) Halbwachs apresenta um exemplo a respeito do caráter coletivo da memória. Trata-se das diversas lembranças presentes em uma turma do colegial, e a constatação é de que um aluno desta turma é capaz de lembrar mais facilmente do ano em que estudou com determinado professor, que atividades foram realizadas e quais acontecimentos foram mais marcantes. Por outro lado, é mais difícil que o professor lembre-se da turma ou das atividades realizadas, porque estava exercendo seu trabalho de forma habitual, em um espaço em que ele está sozinho lecionando. Enquanto para o aluno aquele ano foi diferenciado, com novas matérias, professores e colegas, para o professor tratou-se de mais uma turma, em meio a tantas outras para qual ele lecionou em seus anos de docência.

Por todos os entrevistados serem da cidade de Pelotas, cabe aqui pontuar a importância da cidade para a formação desses sujeitos. Mesmo distantes fisicamente das grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, eventos como o ressurgimento do movimento estudantil marcaram a trajetória dos entrevistados, que estavam na sua juventude quando o movimento estudantil começou a se reorganizar após anos de sufocamento por ações e leis da ditadura civil-militar. O projeto de “distensão política” do governo de Ernesto Geisel iniciado em 1974, com a previsão de uma abertura “lenta, gradual e segura” para a democracia, sinalizou um horizonte democrático, inclusive para o movimento estudantil da cidade. Pelotas foi uma cidade privilegiada no quesito de organização estudantil. Em 1977, grupos alinhados à esquerda organizaram uma mobilização em frente a Faculdade de Direito (UFPel) como forma de apoiar o “Dia Nacional de Lutas” contra o “Pacote de Abril” proposto por Geisel, que continha estratégias para garantir a vitória da ARENA. Após 1979, com o ressurgimento da União Nacional dos Estudantes, as mobilizações intensificaram-se em todo o país e na cidade de Pelotas, com a Universidade Federal de Pelotas e a Universidade Católica de Pelotas, ocorreram atos de forma

unificada reivindicando melhores condições na educação superior e repudiando a ditadura civil-militar<sup>8</sup>.

Os acontecimentos da década de 70 e 80 que afetaram o país e acarretaram o processo de transição para a democracia, podem ser relacionados ao que Pollak (2012) entende como um dos elementos constitutivos da memória, os acontecimentos vividos por tabela. Como os professores compartilham da posição de graduandos de História, professores de OSPB e militantes de esquerda, identificam-se com eventos que não participaram diretamente – por mais que tenham ocorrido dentro do seu espaço-tempo – mas que por “meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada” (p. 2).

---

<sup>8</sup> Sobre o movimento estudantil na cidade de Pelotas ver: GOMES, Luisiane da Silveira. “OS ESTUDANTES VOLTAM ÀS RUAS”: O RESSURGIMENTO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIO NA CIDADE DE PELOTAS DURANTE O PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL (1977-1985).

### 3 A sala de aula de OSPB

Apesar da disciplina de OSPB ter entrado nas escolas obrigatoriamente durante o auge da ditadura civil-militar, ao fim do período, durante a redemocratização a disciplina continuou no ambiente escolar, ainda sendo direcionada para professores da área das ciências humanas. As práticas de sala de aula dos professores ouvidos pela pesquisa surpreendem, pois nela fica explícito que os mesmos deixam de seguir o caráter autoritário e patriota das finalidades iniciais da disciplina. Como relata Paulo:

Eu lembro que eu levava os alunos e aí eu fico pensando que retrocesso a época que a gente vive, porque imagina se algum professor fizesse o que eu fiz naquela época no fim do regime militar eu fiz com a escola... Eu cheguei a levá-los em passeatas do magistério, eu levava as turmas comigo. Levei à uma assembleia do CPERS em Porto Alegre. (Paulo, 06/11/2019).

O professor ao relatar o que fez nas aulas no final dos anos oitenta faz referência ao presente, pois considera arriscado realizar tal atividade, como levar uma turma de alunos para uma assembleia na atual conjuntura que vive o país. Ao possibilitar aos alunos que fossem a uma assembleia ou a um protesto, o professor partia da concepção de que só assim eles poderiam realmente compreender o significado de cidadania, de participação da população nas decisões políticas da cidade, do estado ou do país. Paulo atribui a empolgação e aceitação dos alunos às atividades que propunha ao fato da sociedade como um todo estar contagiada pelos “ares” do período, pela redemocratização e pela primeira eleição presidencial depois de longos mandatos de militares no poder. No cotidiano da escola, as aulas de OSPB ministradas por Paulo, eram em círculo e pensadas também de acordo com temas sugeridos pelos estudantes.

Trabalhos de História Oral com professores que lecionaram no período da ditadura civil-militar também exibem um cenário de docentes que utilizavam o espaço das suas aulas para criticar o regime estabelecido nas aulas de Moral e Cívica e OSPB. A diferença, no entanto, mostra-se na audácia com que essas atividades eram feitas. Pode-se dizer que durante o período ditatorial as atividades precisavam ser realizadas com um cuidado maior por parte do docente, porque até mesmo sua carreira poderia estar em risco, como acontece do caso analisado por

Elaine Lourenço (2010). Independente de estar ou não em período de exceção, cada profissional é único e faz escolhas de acordo com suas experiências de vida e envolvimento ou não com a resistência à ditadura. Houve casos de professores que negligenciaram a disciplina de OSPB tanto no período ditatorial quanto no de transição, como também houve casos de professores que conduziram suas aulas de acordo com o que era esperado pelos militares<sup>9</sup>.

A pouca diferença de idade dos professores em relação aos alunos é apontada por todos os entrevistados como um dos fatores que possibilitavam a boa relação entre o professor e a turma, conforme afirma Ana (2019): “Eu senti que as minhas ideias como professora ecoavam, tinha muita empatia com o grupo”. O sentimento de empatia também estava presente entre o grupo de professores das escolas em que atuavam.

Durante vários momentos em suas falas, os professores falam da disciplina de OSPB acompanhada pela disciplina de moral e cívica. Pode-se afirmar que essas disciplinas até se confundem nas memórias dos professores, não estando ligadas apenas na lei, mas também nos conteúdos e práticas. Quando questionado sobre como abordava a disciplina, Paulo afirma que ele e seus colegas partiam do questionamento em suas aulas, instigando os alunos a pensarem o que é moral ou o que constitui um bom comportamento enquanto cidadão. Ligação oposta ocorre algumas vezes quando OSPB é citada ao lado de História ou Geografia, disciplinas em que a oportunidade de realizar debates com temas trazidos pelos alunos era bastante restrita por conta da questão de carga horária diminuída e conteúdos que precisavam ser abordados ao longo do ano. Ao mesmo tempo, o conteúdo da disciplina de História também serviu para potencializar discussões em “*OSPB e moral e cívica*”, como indica Paulo:

É uma coisa rara também que era um dos assuntos a discussão que a gente puxava em OSBP e moral e cívica, a questão das etnias, o racismo não é, fazia link quando se trabalhava escravidão na história e sempre se pergunta não é: Quantos coleguinhas vocês tem negros? Quantos tinham quando entraram no colégio? Quanto tem agora? (Paulo, 06/11/2019).

O entendimento de que as aulas deveriam instigar o pensamento crítico dos alunos repete-se na fala de Nair sobre as atividades realizadas no Colégio

---

<sup>9</sup> Sobre atuação docente no período da ditadura civil-militar: LOURENÇO, Elaine. O ensino de História encontra seu passado: memórias da atuação docente durante a ditadura civil-militar. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 30, nº 60, p.97-120, 2010.

Pelotense, lugar onde declarou possuir liberdade e autonomia para construir as aulas da forma que gostaria. A instituição foi criada pela Maçonaria em 1902, com iniciativa de promover um ensino laico primário e secundário, uma alternativa para a cidade. Somente foi entregue à administração municipal em 1917. A identidade da escola está muito aliada aos “pressupostos de liberdade de consciência e de livre exame, tão apregoadas pela Maçonaria”<sup>10</sup>. A professora relata que realizava muitos trabalhos em grupos com as turmas, em que cada grupo ficava responsável por temas específicos. Ao trabalhar a temática da discriminação racial, ao final da discussão provocou os alunos, questionando sobre o que poderiam fazer com os conhecimentos adquiridos em aula. O resultado da provocação foi a vontade do grupo de estudantes de realizar um “ato público”, desejo recebido com surpresa pela jovem professora que logo pediu conselhos a uma colega mais experiente no Colégio Pelotense. Ao invés de ser realizado na rua, o ato ocorreu no pátio da escola, mobilizando toda a comunidade escolar: “Fizemos um concurso de palavras de ordem interno dentro da escola, eles passaram nas turmas mobilizando e uma forma de mobilizar era isso, as turmas poderiam apresentar” (NAIR, 2018). A professora descreve com detalhes o momento em que as turmas subiram no palanque para proferirem palavras de ordem, poesias ou músicas. Nesse dia, durante as apresentações no pátio da escola, ela observou um de seus alunos, um menino negro, apenas observando o acontecimento, até que depois de algum tempo ele solicitou falar ao microfone e perguntou em alto e bom som: “Quem acha que existe racismo em Pelotas?”. Sobre o fato a professora classificou a situação como um tanto quanto embaraçosa, mas positiva, pois possuía uma ótima relação com os alunos, também porque “o fato de eu ser uma mulher negra, fazia com que se identificassem, estabelecessem uma relação de confiança não é, então tudo bem” (NAIR, 2018).

É curioso perceber como a questão racial entra como uma urgência a ser debatida em aula no momento de redemocratização, o que vai de encontro a ideia de democracia racial brasileira propagada pela ditadura civil-militar, pois discussões sobre questões raciais ameaçariam a dita “unidade nacional”, desmistificando a “harmonia racial” pregada interna e externamente. Contestações à democracia racial

---

<sup>10</sup> AMARAL, Giana Lange do. GYMNASIO PELOTENSE, COLÉGIO MUNICIPAL PELOTENSE: ENTRE A MEMÓRIA E A HISTÓRIA 1902-2002. Pelotas: Educat, 2002. p. 16-17.



eram vistas como subversivas ou separatistas<sup>11</sup>. Se com o Ato Institucional nº 5 em 1968, tratar da questão racial passou a ser considerado algo subversivo sob a Lei de Segurança Nacional, durante a redemocratização a questão do negro na sociedade brasileira surgiu no ambiente escolar por parte dos alunos e professora como uma necessidade a ser debatida. Tanto alunos quanto a professora foram sensíveis à questão partindo da concepção de que negar o racismo ou negar essa discussão em sala de aula nada contribuía para tratar do problema.

Outra atividade relatada pela professora Nair refere-se à questão habitacional, quando exemplifica a atitude de um aluno ao contemplar o tema: “um grupo traz, por exemplo, aquele samba ‘barracão de zinco’” (NAIR, 2018). Percebe-se que o grupo de alunos levou para a sala de aula uma canção acerca do déficit habitacional enfrentado pelo país. Apesar de ter sido composta na década de 50, o samba também pode ser tratado para fazer referência à época vivida pelos alunos, em que o problema habitacional persistia. Segundo Seino, Algarve e Gobbo (2013, p. 36), juntamente com os movimentos sindicais, os movimentos sociais urbanos lutavam por melhores condições de vida, de saúde e urbanização, e entre suas pautas estava a questão da legalização da posse de terra na qual se encontravam os “barracos” problematizados pela canção.

“Então eram aulas assim, muito com o giz, com a fala, conversa deles, com as músicas que a Ondina tinha passado ali também, com os filmes... Então essas coisas às vezes aconteciam” (ANA, 2019). Para Ana a referência de músicas usadas de forma didática por uma ex-professora é um meio utilizado para pensar e conduzir as aulas em início de carreira. Uma música citada pelas duas professoras entrevistadas foi “Pra não dizer que não falei das flores” de Geraldo Vandré. A canção, composta em 1968, foi cantada em uma apresentação de Nair com seus alunos e utilizada em sala de aula para tratar da crítica à ditadura civil-militar por Ana. Escolhas sutis como trabalhar com essa música, seja para apresentar para os alunos, seja para cantar com eles, dizem muito sobre quem as professoras queriam como protagonistas em suas aulas. No caso, foi Geraldo Vandré e sua obra que cita a luta armada, ao mesmo tempo em que faz uma crítica aos grupos mais adeptos da

---

<sup>11</sup> Sobre como a ditadura civil-militar tratava a questão racial, ler: JESUS, Marize Conceição de. O regime militar e a questão racial: o interdito. Disponível em: <[http://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1465860689\\_ARQUIVO\\_TEXTOCOMPLETOPAR AANPUH.pdf](http://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1465860689_ARQUIVO_TEXTOCOMPLETOPAR AANPUH.pdf)>.

diplomacia, afirmando que não podia se defender com flores de grupos que atacavam com armas<sup>12</sup>.

Percebe-se o quanto as práticas excederam o que era prescrito para a disciplina. A primeira finalidade escrita na Lei nº 869 diz respeito à “defesa do princípio democrático”, aspecto contemplado pelas práticas dos professores, mas não sob a “preservação do espírito religioso” ou “inspiração de Deus”. O mesmo serve para a finalidade que fala sobre “o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana”, pois ocorrem momentos de discussões sobre racismo e machismo, por exemplo, questões que incentivam os alunos a pensar no outros, a fim de rever seus comportamentos, exercitando sua solidariedade. Em nenhum momento durante as falas dos professores foi possível identificar uma exaltação a pátria brasileira através do culto aos símbolos, tradições, instituições e grandes vultos da história do Brasil, pois eles tinham a concepção de que a partir da discussão de temas que atravessam a população brasileira – como a herança de preconceito deixada pela escravidão, por exemplo – é que o país poderia enxergar seus problemas mais enraizados com o objetivo de resolvê-los. Para os professores, a resolução dos problemas deveria começar em discussões e ações em espaços privilegiados de troca como a sala de aula, a escola.

### **3.1 O livro de OSPB de Frei Betto**

Um material didático lembrado com muita positividade pelas três pessoas entrevistadas, sem exceção, foi o livro “OSPB: introdução à política brasileira” de Frei Betto. O livro em questão teve sua primeira edição no ano de 1985 e buscava, através da perspectiva do materialismo-histórico, a compreensão da sociedade brasileira. A edição de 1986 é composta por três partes, sendo elas: Parte I: A sociedade humana através dos tempos; II: As instituições políticas do Brasil; III: O Brasil hoje. Ao todo, são dezoito capítulos que abordam diversas questões como desigualdade social, modos de produção e reforma agrária, por exemplo. A importância desse livro é evidenciada pelos professores:

---

<sup>12</sup> Ver SILVEIRA, Dalva. “Caminhando”: representações da “marselhesa brasileira” na mídia impressa. São Paulo. Revista Aurora, Música, volume 12, 2011.

Eu lembro que sim, eu andava com eles [livro de Frei Betto]. Porque eles eram temáticos, eles trabalhavam a questão da terra, questões sociais, movimentos populares, isso e aquilo... Então eu fazia porque ao mesmo tempo eu dava aula de história, então isso dialogava com o conteúdo. (Paulo, 06/11/2019).

O livro do Frei Betto, no que a gente descobriu esse livro, ai que maravilha, ele traz ali tudo aquilo que a gente pode apresentar para os alunos, ele traz de forma bem organizada essa possibilidade de pensar, em uma disciplina de OSPB, contextos da realidade brasileira, esse é o mérito desse livro. (Ana, 26/08/2019).

De conteúdo progressista e político, pode-se dizer que não é um livro utilizado pelos professores por acaso, muito pelo contrário, trata-se de uma escolha, pois através do livro eles podiam apresentar para os alunos o conteúdo de uma forma organizada para pensar “em uma disciplina de OSPB, contextos da realidade brasileira” (ANA, 2019). Para Vieira (2011, p. 5) o livro em questão dirige-se aos grupos que ao longo das décadas de 60, 70 e 80 se destacaram por batalhar pela educação popular, reformas de base e por envolvimento com a luta armada. Nele estão condensadas as culturas políticas das três décadas, que naquele contexto substituíam as pautas da luta armada e reforma universitária pela formação do aluno cidadão de acordo com os valores democráticos. Logo na apresentação Frei Betto aponta o objetivo do livro afirmando que o mesmo é feito “para ser usado nas escolas e para ser entendido pelos leitores” (BETTO, p. 3, 1986), indicando para a característica didática do texto.

A partir das entrevistas foi possível identificar o principal motivo pelo qual o material foi escolhido pelos professores. Diante de uma formação em Estudos Sociais que eles mesmos afirmaram ter sido deficitária, cheia de lacunas e muito pautada na história tradicional e positivista, o livro de Frei Betto foi um aliado às suas iniciais concepções de ensino e práticas de sala de aula. Nesse sentido, o livro assumia “o papel de transmitir às jovens gerações os saberes, as habilidades (mesmo o ‘saber-ser’) as quais, em uma dada área e a um dado momento, são julgados indispensáveis à sociedade para perpetuar-se” (CHOPPIN, 2002, p.13).

A carência de leituras referentes ao materialismo histórico durante a graduação foi um dos motivos que levou os professores a buscarem alternativas para potencializar sua formação e, posteriormente, suas aulas. A Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas, na qual tinham aulas do campo pedagógico era um lugar onde, segundo Nair (2018), “naquela época era um espaço

de resistência a tudo que não era democrático”. Ali realizavam leituras, produção de textos, trocas de materiais considerados “subversivos” no período ditatorial, entre eles, o livro de OSPB de Frei Betto, conforme observa:

Ele era considerado um livro subversivo. Ele não vem pelo programa não do livro didático, pelo menos eu não tive acesso a ele por aí. Eu lembro na década de noventa algumas escolas demandando isso não é? Trabalhando... Mas acho que muito mais assim com cópia, com xerox e tal... (Nair, 15/02/2018).

Em relação aos modos de uso do livro nas aulas, os professores afirmam que no início da carreira, com muitas turmas e escolhendo um livro que não era concedido pelo Plano Nacional do Livro Didático, optavam por fazer cópias do livro no mimeógrafo, copiar o texto no quadro para os alunos – o que eles relataram ser extremamente cansativo – ou produzir textos autorais com base na leitura do livro.

Nair, especialmente, passou por uma situação delicada na escola São José, uma escola privada da cidade de Pelotas, no ano de 1987. A frente da disciplina de OSPB, ela procurava realizar aulas em que os temas discutidos em aula eram propostos pelos alunos. Ao deparar-se com o questionamento dos mesmos sobre o que era um grêmio estudantil e como faziam para montar um grêmio na escola, a professora buscou no livro o capítulo referente ao movimento estudantil para orientar seus alunos. O conteúdo do livro deixa explícita a extinção dos grêmios estudantis na década de 60 e exibe com linguagem muito acessível as atividades que podem ser realizadas por essa entidade, como: Promover palestras e debates acerca de questões de interesse estudantil; organizar e mobilizar os estudantes para reivindicarem seus direitos e vincular os estudantes aos movimentos populares e sindicais (BETTO, 1986). Por conta das orientações dadas pela professora, os discentes procuraram a direção para organizarem um grêmio estudantil. A situação repercutiu de forma negativa na direção da escola, o que acabou desgastando a relação de Nair com a direção, somando-se ao fato dela ter aderido à greve de professores da rede privada no mesmo período. Em setembro do mesmo ano ela então é chamada para fazer parte do quadro de professores do Colégio Pelotense e sai da escola São José.

No Colégio Pelotense a professora pautou sua prática na construção coletiva do conhecimento, dialogando com os alunos, com colegas e com os movimentos sociais. O livro propunha esse diálogo, que foi realizado por Nair através do uso de materiais de movimentos sociais, como panfletos e cartilhas explicativas produzidas

pelo movimento das mulheres e pelas comunidades eclesiais de base. Além disso, a sua sala de aula foi um espaço aberto para convidar outros profissionais para tratar de diferentes questões que ela mesma considerava que não tinha formação ou experiência suficiente para abordar, devido a complexidade das temáticas. Por exemplo, em determinada ocasião ao realizar uma discussão sobre sexualidade, ela convidou um amigo psicólogo para palestrar para sua turma. Em outros momentos levou uma instrutora de yoga para abordar métodos alternativos de cuidados com a saúde e uma professora de dança afro. Ao se apropriar do conteúdo do livro e levar em consideração as suas vivências, a professora atuou significativamente entre o material didático e seus alunos e incrementou a formação dos mesmos com a discussão de assuntos — até hoje custosos para a sociedade brasileira, como a questão dos direitos das mulheres e dos direitos humanos.

O momento político proporcionou o aparecimento e propagação do livro de Frei Betto, assim como a aceitação das práticas impulsionadas por ele. Segundo Vieira (2011), a editora Ática e o autor não estavam sozinhos, pois diversos materiais alinhados ao pensamento de formar um cidadão pela perspectiva da educação cívica para a democracia já circulavam, mas nenhum material possuía uma distribuição de conteúdo e discurso tão explícitos, diretamente ligados às demandas dos grupos que estiveram na luta por direitos nos anos 1980, do próprio frei, conforme afirma Vieira (2011):

As experiências de Frei Betto nos movimentos de educação popular migraram para o livro de OSPB. Assim, OSPB: introdução à política brasileira, do ponto de vista da linguagem, é uma liturgia cívica do processo de abertura. As estratégias discursivas executadas revelam o escritor, o religioso e o militante socialista. (p. 77).

Da mesma maneira que o autor está na obra, a escolha por utilizar o livro em sala de aula pelos professores deixa explícito o modo como enxergavam e problematizavam o mundo, assim como suas ligações com movimentos sociais. Não há neutralidade, são visões de mundo e caminhos escolhidos para escrever um livro didático, para interpretar o espaço em que viviam – e a posição social que ocupavam –, para conduzir suas aulas e realizar as discussões que consideravam pertinentes para o momento.

#### 4 Considerações Finais

Verificou-se através da pesquisa, que lecionar a disciplina de Organização Social e Política do Brasil não foi uma escolha para os professores entrevistados, mas apesar disso, ela foi extremamente importante no processo de início de carreira dos mesmos. Recém formados na universidade ou em final de curso, sem muita experiência e com pouca idade, os docentes puderam fazer das aulas de OSPB um momento para pôr em prática o que compreendiam por uma boa aula, o que compreendiam ser competências essenciais para a formação dos seus alunos. Dentro de seus limites e dos limites da época, utilizaram de cópias manuscritas, mimeografadas ou escritas no quadro de textos e materiais que queriam que seus educandos tivessem contato, como é o caso do livro de Frei Betto. Ao mesmo tempo assumiram uma carga horária pesada, com diversas turmas de História, Geografia e OSPB não só no período, mas ao longo de sua carreira.

No caso da experiência de Ana e Paulo, por exemplo, a vivência enquanto estudante na graduação foi significativa e refletiu no modo como davam suas aulas. “Esse período é muito um sonhar e conseguir pensar uma sociedade diferente a partir da mudança lá de cima, então é muito bonito esse tempo nesse sentido, e é maravilhoso ser professor nesse período” (Ana, 2019). Ambos estiveram presentes na luta pela mudança do currículo na graduação e reorganizaram o movimento estudantil antes mesmo dos professores do curso.

Relacionando a experiência de Ana com Nair, pode-se apontar a importância do Colégio Pelotense para a concretização das práticas realizadas pelas professoras. Trata-se de uma escola que teve sua identidade consolidada pelos profissionais que lá trabalharam e pelos estudantes extremamente ativos em grêmios estudantis. Ao contrário da escola São José, na qual Nair teve uma experiência ruim ao falar sobre grêmio estudantil, no Colégio Municipal Pelotense essa já era uma realidade presente no espaço da escola.

Como já foi dito, ambas passaram por instituições privadas ou cursinhos e tiveram a sua atuação vigiada, ou foram afastadas de seus empregos por conta do modo como davam aula. Ao chegar em uma escola pública e ao mesmo tempo tradicional da cidade de Pelotas, as duas professoras possuem a liberdade de atuar e transgredir o currículo da disciplina de OSPB sem que sejam atingidas por isso. Ana, assim como a sua colega Nair, diz ter sido retirada do quadro de professores

de um colégio de ensino supletivo porque segundo a direção os alunos não gostavam de suas aulas, quando na verdade ela afirma que eles eram interativos e que acredita que o fato de mobilizar os alunos e incentivar seu pensamento crítico tenha sido o verdadeiro motivo de ter sido demitida da escola. Diferentemente, no Colégio Pelotense fica evidente através dos relatos como a escola e os professores estavam em consonância com as lutas e indagações do período, como se observa nas palavras de Ana:

Em seguida que me foram passadas essas disciplinas, eu tinha liberdade de trabalhá-las e recebia, acredito que um cartão branco assim, de olha, realmente é ridícula essa disciplina... Realmente havia uma compreensão na escola de que não tinha porque ter essa disciplina e sim, aumentar a carga horária de História ou aumentar a de Geografia, mas era necessária, estava no currículo, então tinha que trabalhar... (Ana, 26/08/2019).

A liberdade para atuar é um dos fatores que faz Nair sentir-se satisfeita no Colégio Pelotense, após ter saído da escola São José. Ao chegar na escola e se deparar com essas disciplinas, ela também afirma que havia uma flexibilidade por parte da equipe diretiva em relação as mesmas por conta de toda a discussão dos currículos que estava sendo feita na época. O aumento da carga horária de História é uma das bandeiras que a professora carregava consigo, juntamente com a questão de questionar, junto com a direção, qual o sentido do conhecimento de OSPB e moral e cívica para os estudantes “especialmente naquele contexto ali de final de década de oitenta, de processo de redemocratização, de movimentos diretos e constituinte” (NAIR, 2019).

Em relação aos materiais utilizados, apenas o livro de Frei Betto foi pontuado com mais detalhes nas memórias dos docentes, principalmente nas de Nair. Outros autores de livros acadêmicos e didáticos foram citados, como: Ricardo Maranhão, Eduardo Galeano, Pedro Demo e Paulo Freire. No entanto, eles foram citados de forma não muito profunda, não podendo ser feita a análise dos mesmos na pesquisa.

É importante ressaltar o quanto as experiências dos entrevistados da pesquisa diferem das finalidades iniciais da disciplina. Apesar das atividades propostas pelos professores envolvendo questões raciais, de sexualidade, de saúde, de movimento estudantil, entre outras, terem sido desenvolvidas após a ditadura civil-militar, cabe lembrar que elas só foram possíveis por determinação dos

professores, que enfrentaram equipes diretivas não tão abertas para sua forma de pensar em algumas escolas e, por outro lado, tiveram suas práticas incentivadas por alunos dispostos a ouvir e uma instituição que lhes dava liberdade de atuação.

Conclui-se que a disciplina de OSPB foi transgredida em sua dimensão prática, pois o currículo das escolas estava em construção, e o momento era propício para a realização e experimentação de práticas mais inovadoras que propunham reforçar a democracia, principalmente no meio escolar. Nesse sentido, professores e alunos, são compreendidos como personagens principais no processo educacional, segundo Felício e Possani (2013):

As práticas curriculares, vividas em última instância pelos educandos e professores, sujeitos do processo educativo, em todos os níveis de ensino, mostram a ponta do *iceberg* de um processo que tem sua maior parte implícita que traz consigo uma visão de mundo, uma concepção de currículo e pressupostos teóricos condizentes com o momento histórico, com o lugar social que ocupam e a utopia de seus gestores (p.131).

O movimento dos anos 80 tinha por objetivo romper com a história tradicional, mecânica, dividida por etapas e positivista. A superação desta veio com orientações metodológicas referentes ao materialismo histórico. Ressaltava-se a importância do aluno conhecer conceitos como modo de produção, transição, classe dominante, por exemplo. O ensino de história partiu de uma perspectiva positivista para uma marxista, em que se deixava de privilegiar os grandes fatos da história para colocar em foco a luta de classes e as mudanças na infraestrutura da sociedade<sup>13</sup>. Essa concepção vai ao encontro de várias atividades realizadas pelos professores, desde levar os estudantes para uma assembleia de sindicato de professores; de trabalhar em sala de aula com músicas da resistência à ditadura; de realizar um ato contra o racismo no pátio da escola.

A ponta do *iceberg* evidenciada pela pesquisa é de profissionais que conseguiram transformar uma disciplina com perfil extremamente patriota e sem criticidade, em um momento para discutir várias questões que precisavam e precisam entrar no ambiente escolar. Além disso, foram pessoas que tinham uma carga de trabalho muito exaustiva, mas que puderam concretizar o professor crítico que sempre imaginaram ser. Puderam ser aquele ou aquela que acredita ser capaz

---

<sup>13</sup> Conforme: FONSECA, Thais Nívia de Lima e. História e Ensino de História. Sobre as propostas curriculares do Programa de História – 1º e 2º graus – da Secretaria do Estado da Educação de Minas Gerais, em 1987.



de mudar a sociedade, pois participou ativamente das lutas pela redemocratização. Antes de estarem nas aulas com os alunos, eles estavam em passeatas, sindicatos, em encontro de cursos, em centros acadêmicos, ambientes que também os formaram enquanto pessoas, enquanto professores. Saíram da universidade com a sensação e crença de que o ensino da História é capaz de conscientizar, pois a partir disso “a gente ia modificar o mundo e mudar o Brasil, eu vivi a minha utopia” (Nair, 2018).

No contexto atual, de desvalorização dos professores, é significativo parar para ouvir a experiência de quem acredita ter vivido sua utopia, de quem acreditou ser capaz de mudar o mundo. Os tempos eram de currículos teoricamente indefinidos, em construção, mas de luta por definições e alicerces democráticos que foram feitos primeiramente no chão da sala de aula por esses professores que atribuíram outro significado à disciplina de OSPB.

## Referências

AMARAL, Giana Lange do. **GYMNASIO PELOTENSE, COLÉGIO MUNICIPAL PELOTENSE: ENTRE A MEMÓRIA E A HISTÓRIA 1902-2002**. Pelotas: Educat, 2002.

BETTO, Frei. **OSPB: Introdução à Política Brasileira**. São Paulo: Ática, 1986.

BITTENCOURT, Circe. Livro didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, Circe. **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2013.

CHOPPIN, Alain. **O Historiador e o Livro escolar**. ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas (11):5-24, Abril, 2002.

CODATO, Adriano Nervo. UMA HISTÓRIA POLÍTICA DA TRANSIÇÃO BRASILEIRA: DA DITADURA MILITAR À DEMOCRACIA. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, nº 25, p. 83-106, Novembro, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n25/31113.pdf>>. Acesso em: 22 de dezembro de 2019.

FELÍCIO, Helena Martins; POSSANI, Lourdes de Fátima. ANÁLISE CRÍTICA DE CURRÍCULO: um olhar sobre a prática pedagógica. **Currículo sem Fronteiras**, v. 13, n. 1, p. 129-142, Jan./Abr. 2013. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol13iss1articles/felicio-possani.pdf>> Acesso em: 24 de novembro de 2019.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **História & ensino de História**. Thais Nívia de Lima e Fonseca. – 3. Ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

GARRIDO, Joan del Alcàzar i. As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, n. 25/26, set/92-ago/93, p. 33. Disponível em: <[https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID\\_ARQUIVO=51919](https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=51919)>. Acesso em: 24 de maio de 2019.

GOMES, Luisiane da Silveira. “OS ESTUDANTES VOLTAM ÀS RUAS”: O RESSURGIMENTO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIO NA CIDADE DE PELOTAS DURANTE O PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL (1977-1985). **Anais XII Encontro Estadual de História ANPUH/RS**. São Leopoldo, 2014. Disponível em: [http://www.eeh2014.anpuh-rs.org.br/resources/anais/30/1405470588\\_ARQUIVO\\_trabalhocompletoanpuh2014.pdf](http://www.eeh2014.anpuh-rs.org.br/resources/anais/30/1405470588_ARQUIVO_trabalhocompletoanpuh2014.pdf)>. Acesso em: 28 de novembro de 2019.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Editora Revista dos Tribunais LTDA. São Paulo, SP, Brasil. 1990.

JESUS, Marize Conceição de. O regime militar e a questão racial: o interdito. **Anais do XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio**. 2016. Disponível em:

<[http://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1465860689\\_ARQUIVO\\_TEXTOCOMPLETOPARAANPUH.pdf](http://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1465860689_ARQUIVO_TEXTOCOMPLETOPARAANPUH.pdf)>. Acesso em: 22 de dezembro de 2019.

LE GOFF, Jacques (1924). **História e memória**. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios).

LOURENÇO, Elaine. O ensino de História encontra seu passado: memórias da atuação docente durante a ditadura civil-militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 30, nº 60, p.97-120, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v30n60/a06v3060.pdf>>. Acesso em: 22 de dezembro de 2019.

MANKE, Lisiane Sias. SOUZA NETA, Maria Carolina Padilha de. Usos e sentidos do livro OSPB, de Frei Betto, na prática docente de uma professora. In: **Anais do IV Encontro Internacional Fronteiras e Identidades**: [recurso eletrônico] tributo à obra de Beatriz Loner / organizadores Lorena Gill, Jonas Vargas, Mauro Dillmann, Alessandra Gasparotto, Aristeu Lopes e Paulo Koschier. Pelotas, 2018, p. 455-462. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/eifi/files/2019/02/ANAIS-IV-EIFI.pdf>>. Acesso em: 11 de julho de 2019.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom e HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

MONTEIRO, Ana Maria. Professores: Entre Saberes e Práticas. **Educação & Sociedade**, ano XXII, nº 74, Abril/2001.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, jul. 1992.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. Tradução Maria Therezinha Janine Ribeiro. **Projeto História**. São Paulo, v. 14, p. 25-39, fev. 1997.

RIDENTI, Marcelo. “Cultura e política: Os anos 1960-1970 e sua herança” (p. 133-166). In: **O Brasil Republicano**; v. 4. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX / organização Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado; - 2ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SARLO, Beatriz. **Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. “História do Ensino de História no Brasil: Uma proposta de periodização”. **Revista História da Educação - RHE**. Porto Alegre, v. 16, n. 37, p. 73-91, maio/ago. 2012. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/24245/pdf>>. Acesso em: 5 de maio de 2019.

SEINO, Eduardo; ALGARVE, Giovana; GOBBO, José Carlos. ABERTURA POLÍTICA E REDEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA: entre o moderno-conservador e uma “nova sociedade civil”. **Sem Aspas**, Araraquara, v. 2, n. 1, 2, p. 31-42, 2013. Disponível em:

<<https://periodicos.fclar.unesp.br/semaspas/article/download/6922/4982>>. Acesso em: 21 de novembro de 2019.

SELAU, Maurício da Silva. “História Oral: uma metodologia para o trabalho com fontes orais”. **Revista Esboços**: histórias em contextos globais, Florianópolis, v. 11, n. 11, p. 217-228, em janeiro de 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/486>>. Acesso em: 12 de julho de 2019.

SILVEIRA, Dalva. “Caminhando”: representações da “marselhesa brasileira” na mídia impressa. São Paulo. **Revista Aurora**, Música, v. 12, p. 28-44, 2011. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/aurora/article/view/5877/5403>> . Acesso em: 27 de novembro de 2019.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VIEIRA, Cleber Santos. Livros didáticos e cultura política: OSPB em tempos de Nova República. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 10, n. 1, jan./jun. 2011, p. 71-82.

ZEN, Luis Fernando Guimarães. **ESTADO E DEMOCRACIA A PARTIR DOS LIVROS DIDÁTICOS DE EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA E OSPB NA DÉCADA DE 1970**. Monografia de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-graduação em História da Educação Brasileira – UNIOESTE. 2008. Disponível em: <[http://www.unioeste.br/projetos/histedopr/monografias/monografia\\_LUIZ\\_FERNADO.pdf](http://www.unioeste.br/projetos/histedopr/monografias/monografia_LUIZ_FERNADO.pdf)>. Acesso em: 12 de julho de 2019.

### Fontes

BRASIL, Decreto-Lei nº 869, de 12 de Setembro de 1969. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 15/9/1969, Página 7769.

Entrevista com a professora “Nair” concedida à autora em 15 de fevereiro de 2018.

Entrevista com a professora “Ana” concedida à autora em 26 de agosto de 2019.

Entrevista com o professor “Paulo” concedida à autora em 6 de novembro de 2019.